

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DOMILA DO PRADO PAZZINI

Prazer e perigo:

Um estudo dos processos relacionados ao exercício da prostituição

SÃO CARLOS-SP

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DOMILA DO PRADO PAZZINI

Prazer e perigo:

Um estudo dos processos relacionados ao exercício da prostituição

**Monografia apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos
para obtenção de título de Bacharel
em Ciências Sociais.**

*Orientação: Prof. Dr. Gabriel de
Santis Feltran*

SÃO CARLOS-SP

2013

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais Édén Prado e João Pazzini que são meus grandes amigos, meus confidentes fiéis, e aos meus irmãos Uila, Rodrigo e Júlia que compartilham comigo todos os momentos da minha vida, mesmo longe, mas sempre me dando forças. Agradeço à minha madrasta Sueli e às minhas avós Ana e Alzira que sempre estiveram presentes e ajudando bastante. Ao meu companheiro Oigres que esteve comigo durante os anos de graduação dividindo não só o quarto, mas também algumas experiências em trabalhos de campo, e me dando forças para continuar e que “tudo vai dar certo”. E a sua família, que com o passar dos anos foi tornando-se também a minha família.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran, que muitas vezes me orientou não só para a pesquisa, mas para a vida. Ao Núcleo de Pesquisas Urbanas (NaMargem) que me fez crescer muito como pesquisadora e pessoa nesses últimos três anos.

Aos meus amigos que conheci na UFSCar durante a graduação e dividindo os espaços do alojá. Agradeço a todos, principalmente à Ana Virgínia, Samantha, Rose, Nathi, Sarah, Vanessa, Rejane, Fer e Deda.

Agradeço a Fabinho, funcionário de uma das casas, que me ajudou bastante me apresentando às mulheres e às travestis prostitutas. Agradeço a essas mulheres e às travestis que dedicaram seus tempos de descanso para conversar comigo, sem elas não existiria essa pesquisa. E aos moradores de Cruzes por todo o apoio.

Agradeço ao Grupo de Estudos Trabalho Sexual (GETS), principalmente à Fabiana que me recebeu com muito carinho ao grupo, me apresentou as casas de prostituição e me acompanhou em várias inserções de campo.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento.

RESUMO

A prostituição no Brasil não é crime. Ela consta, ainda, como ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações. O que é crime, no entanto, são algumas práticas de incentivo à prostituição. A manutenção casa de prostituição, que é o objeto central desta pesquisa, é crime perante o Código Penal pelo fato do dono “explorar” o serviço de outra pessoa. No entanto a casa é um local seguro para as prostitutas que muitas vezes são criminalizadas pelo código moral dominante. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado garante a condição de ocupação para a prostituta, criminaliza seu entorno e vitimiza essa mesma prostituta. As mulheres que se prostituem nesses contextos ilegais acabam internalizando e criando códigos alternativos de conduta. O objetivo dessa pesquisa foi estudar quais são essas condutas e os códigos valorativos alternativos de ação cotidiana das prostitutas e em que contextos eles aparecem. Para isso, foram realizados trabalhos de campo em duas cidades distintas do interior de São Paulo: Pinheiros e Cruzes.

Palavras-Chave: Prostituição, códigos alternativos de conduta.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	04
RESUMO.....	05
1- INTRODUÇÃO.....	07
2- ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.....	09
I. Prostituição.....	09
II. O debate teórico sobre “ilegalismos”.....	13
III. Ilegalismos e prostituição.....	15
3- CASAS NOTURNAS DE PINHEIROS.....	18
I. Preço.....	20
II. Anonimato e proteção do preconceito.....	21
III. Violência.....	21
4- CATEGORIAS.....	24
I. Regras gerais da casa.....	24
II. Relação entre as prostitutas.....	26
III. Relação com o cliente.....	28
IV. Relação com o dono.....	30
5- CRUZES.....	32
I. Putas do trecho.....	32
II. Casas de prostituição.....	32
III. Praça.....	33
IV. O cliente turista.....	36
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
7- REFERÊNCIAS.....	40
Visualização eletrônica.....	44

1- INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de uma busca por entender como funcionam alguns espaços da prostituição feminina, e para isso foram realizadas inserções de campo em dois espaços distintos do interior do estado de São Paulo. O primeiro município estudado foi Pinheiros, que corresponde a uma cidade de médio porte com cerca de duzentos mil habitantes. O segundo foi Cruzes¹, uma cidade pequena contendo por volta de seis mil habitantes. Essas duas cidades não se diferem apenas pelas proporções territoriais e populacionais. Cruzes além de ser pequena, possibilitando que todos se conheçam, é marcada pelo turismo da pesca, e, conseqüentemente, pelo turismo sexual. Uma vez que grande parte dos homens que procuram a pesca, naquela região, procuram o sexo.

O objetivo dessa pesquisa foi estudar quais são as condutas e os códigos valorativos alternativos de ação cotidiana das prostitutas e em que contextos eles aparecem. Para isso, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, discussões em grupos de estudo (GETS)² e de pesquisa (NaMargem)³ e trabalhos de campo desde 2010.

O que foi possível perceber com as leituras de bibliografia sobre o tema e com o trabalho de campo é que o exercício da prostituição é muito ambíguo, porque ao mesmo tempo em que é reconhecido como uma ocupação é também uma atividade moralmente desconcertante para a sociedade (BRASIL, 2002). Ao mesmo tempo em que o Estado garante a condição de ocupação para a prostituta, criminaliza seu entorno e vitimiza essa mesma prostituta. Essa condição liminar da prostituição faz com que as pessoas que lidam com esse mundo acabem criando condutas e códigos internos de

¹ Tanto Pinheiros quanto Cruzes são nomes fictícios de cidades. Os nomes de pessoas que aparecerem também são fictícios.

² Grupo de Estudos Trabalho Sexual – DMe/ UFSCar, do qual participo desde 2010, realizando leituras específicas sobre prostituição e organizando debates sobre o tema. A descrição do grupo e outras informações estão disponíveis no sítio: <http://grupodeestudostrabalhosexual.wordpress.com/>. Acesso em 17/12/2012.

³ Núcleo de Pesquisas Urbanas – DS/ UFSCar, do qual faço parte desde 2010 quando iniciei minha interlocução com o orientador dessa pesquisa, coordenador do grupo. Nosso projeto de pesquisa comum, que tem como um dos eixos o estudo da prostituição, tem como objetivo central “etnografar as mediações, ou mais precisamente, as fronteiras – densamente políticas – que se conformam, hoje, entre populações “marginais” de distintas cidades paulistas e o mundo público.” Também é possível encontrar a descrição do grupo e outras informações no sítio: <http://www.ufscar.br/namargem/>. Acesso em 17/12/2012.

ação, para que seja possível manter suas práticas e mercados atuantes, transitando justamente entre as esferas do legal e ilegal.

Inicialmente o projeto de pesquisa foi desenvolvido para pensar as casas noturnas de prostituição na cidade de Pinheiros, onde, desde 2010, venho fazendo visitas frequentemente. Essas visitas ocorreram em decorrência da minha participação no GETS. Este grupo no qual me inseri no início de 2010 tem contato prostitutas de com casas de prostituição há muitos anos e, desde 1998, realiza ações educativas com essas mulheres. Conforme frequentava as casas fui adquirindo experiência de pesquisa neste campo da prostituição. A paciência e a persistência são necessárias, pois grande parte das idas não surte o resultado esperado. Muitas vezes não tem ninguém na casa, e se tem, não é sempre que quer conversar.

Durante o ano de 2011 frequentei as casas todas as semanas, um dia por semana. Minha inserção ocorria no período da tarde, enquanto as mulheres descansavam. Elas não moram na cidade e usam os quartos de hospedagem da casa para se instalarem por um período. Como todas as idas foram durante a tarde, eu tive apenas contato com as mulheres prostitutas que trabalham nas casas à noite e não moram em Pinheiros, aquelas que moram na cidade eu não tive contato. Em 2012 a frequência de inserções foi menor, se concentrando apenas no primeiro semestre.

As inserções de campo em Cruzes não foram tão constantes quanto às inserções de Pinheiros, mas ao mesmo tempo, foi possível passar uma semana na cidade em cada ida a campo, que totalizaram cinco semanas de incursão em três anos (2010-2012). Nessas inserções me instalei, na maioria das vezes, na casa de uma moradora e agente de saúde da cidade. Numa das vezes, fui acompanhada por alguns dos integrantes do grupo de pesquisa NaMargem, sendo que nesta ocasião ficamos instalados em um hotel.

2- ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

I. Prostituição

A prostituição é considerada – o que é amplamente difundido no senso comum – uma das profissões mais antigas do mundo. Adaptando-se às transformações territoriais, sociais, morais e legais, e variando suas dinâmicas em cada contexto, persiste como fenômeno observável ao longo do tempo. Nickie Roberts (1992), num romance, recupera formas distintas de prostituição, desde a Antiguidade até a década de 1990, apresentando inicialmente sua importância social e política, que cedeu lugar à representação dessa prática como algo malicioso, pervertido, que deve ser eliminado ou escondido. Margareth Rago (1985 e 1996) faz uma retomada histórica da prostituição no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo. Frente às interpretações que se deram no período, e que permanecem até nos dias de hoje, a autora critica o olhar sobre a prostituição pela “lógica do negativo” que vê essa mulher como vítima e/ou psicologicamente doente. Defende que a mulher faz sim uma escolha em ser prostituta evidentemente condicionada pelo repertório de alternativas que lhe são oferecidas em dado contexto.

Pelo fato da prostituição se apresentar “como uma atividade provocadora e desconcertante para a sociedade” (BRASIL, 2002, p.13), em muitas legislações ainda é negada a condição profissional à atividade da prostituta. No entanto, os termos utilizados para se tratar da prostituição em todo o texto serão, na maioria das vezes, relacionado a uma forma de trabalho. Primeiramente, deve-se a forma porque as próprias prostitutas com quem conversei durante todo o trabalho de campo se veem. Segundo, ser prostituta é uma ocupação legal e se enquadra na categoria “profissional do sexo”, da Classificação Brasileira das Ocupações (CBO)⁴. Terceiro, a bibliografia (SIMÕES, 2011; OLIVAR, 2007; PASINI, 2005) também vem tratando a prostituição como um trabalho. E, por último, a profissionalização é uma reivindicação de vários movimentos de prostitutas.

⁴ <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> Acesso em: 02/12/2012.

Hoje, devido aos movimentos das prostitutas que gerou um livro importante sobre o assunto (BRASIL, 2002), o termo prostituição é empregado para fazer referência à prestação voluntária de serviços sexuais por pessoa adulta, isto é, maior de 18 anos, e com negociação prévia dos tipos de serviços que serão realizados, sexuais ou não. “A utilização da criança/adolescente como objeto sexual ocorre como uma relação de exploração de trabalho” (SILVA, SENNA & KASSAR 2005, p. 36). Ou seja, qualquer ato sexual que acontece com menores de 18 anos é, juridicamente⁵, classificado como exploração sexual, diferenciando-se, portanto, da prostituição voluntária. A criança está fora dessa lógica de prostituição como profissão reivindicada pelos movimentos da categoria.

A bibliografia apresenta grande diversidade dos tipos de prostituição que, para fins de apresentação, classifico em três categorias: *prostituição de homens*, *prostituição de travestis* e *prostituição de mulheres*.

Em relação à prostituição de homens, Néstor Perlongher (2008) faz uma etnografia da prostituição viril nas ruas de São Paulo, com foco na territorialização dos prostitutos, denominados *michês*, que conformariam um “Gueto Gay” na São Paulo dos anos 1980. A questão das fronteiras entre o social respeitável e o “submundo” da prostituição, outro termo de senso comum, aparece com muita ênfase na análise. Néstor deixa bem claro que não há homogeneidade nos chamados *michês*, ao contrário, dentro dessa categoria foi possível extrair mais de sessenta outras categorias que variam em relação a gênero, idade, classe social e se trata-se ou não de prostituto.

Sobre as travestis, Jorge Leite Jr (2010) retoma o hermafroditismo na Antiguidade e faz uma discussão sobre as categorias travesti e transexual no discurso científico. Larissa Pelúcio (2009) e Marcos Benedetti (2004) mostram a importância da construção do corpo da travesti no contexto da prostituição, tornando-se referências incontornáveis da produção a respeito. Flávia do Bonsucesso Teixeira (2008) nos apresenta as travestis que vão se prostituir na Europa e como se dão esse fluxo de migração.

⁵ Art. 218-B. do Código Penal: submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos e Art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente: submissão de criança e adolescente à prostituição e à exploração sexual.

Com relação à prostituição feminina, que é o foco deste trabalho, foi possível perceber como esse grupo é diversificado em suas modalidades, e também como a bibliografia é bastante extensa e clivada em diferentes frentes. Conversando com prostitutas nos trabalhos de campo, pesquisando pela bibliografia e meios distintos de comunicação, e ‘trombando’ com um empresário inclusive do mercado do sexo, foi possível perceber que a prostituição de mulheres, assim como as outras supracitadas, é muito heterogênea. Essa variação é relacionada muitas vezes com o grau de instrução da mulher prostituta, com a sua forma física. Por exemplo, as “fichas-rosa” são modelos que participam de eventos e se prostituem.

Cláudia Fonseca (1996) estuda a prostituição exercida em praças por mulheres mais velhas. Outros autores estudam a distinção entre a prostituição na rua e em bordéis, caso do importante texto de Renan S. Freitas: *Bordel, bordéis: negociando identidades*. O autor verifica os modos como o bordel “supõe uma fronteira física bastante clara, um portão, que cria o lado “de dentro” e o lado “de fora”: ele segrega as prostitutas que recruta.” (FREITAS, 1985; p. 49). A questão das fronteiras entre o legal, legítimo, moral e respeitável e seu avesso, que deve habitar os porões sociais, aparece novamente. Na rua, por outro lado, as prostitutas não estão “segregadas” fisicamente; ali, ocupam um espaço público urbano, e, aparentemente, não tem vínculos com um café. Elisiane Pasini (2005) e Soraya Simões (2010), entretanto, expandem essa abordagem ao tratar com minúcia do mercado do sexo na Vila Mimosa⁶, Rio de Janeiro. Nesse contexto não se trata apenas da prostituta, mas de analisar um mercado bastante mais amplo: o mercado imobiliário, os taxistas, os donos e funcionários de bares, os cabeleireiros, as manicures, etc., que compõem um circuito de trocas que gravitam em torno do negócio e da moralidade da prostituição. As transitividades entre o legal e o ilegal, portanto, mostram-se como intrínsecas às fronteiras em questão.

A prostituição em boates está presente no texto de Maria Dulce Gaspar (1985). Inspirada no interacionismo simbólico, a autora pensa na criação da identidade dessas prostitutas em Copacabana – Rio de Janeiro. A identidade carioca, fundamento da construção de nada menos do que a identidade nacional, pode ser ali percebida como sendo construída também pelas prostitutas. A prostituição nas casas noturnas, em contexto próximo ao que tenho estudado, está ainda presente na dissertação de Fabiana

⁶ Vila Mimosa é uma das mais famosas zonas de prostituição do Rio de Janeiro.

Sousa (2007). Essas casas, assim como as em que foram realizadas trabalho de campo etnográfico, além de quartos destinados à prostituição têm também quartos de hospedagem para mulheres que viajam de cidade em cidade para trabalhar como prostitutas nos salões durante a noite. Esse fluxo de pessoas, geralmente bastante jovens, também caracteriza as dinâmicas estudadas, e dialoga diretamente com a bibliografia recente acerca das fronteiras entre o legal e o ilegal (TELLES, 2010).

Tratando da vida íntima da prostituta, há trabalhos relevantes pensando questões familiares e amorosas. Ana Beatriz Magno e José Varela (2005) discorrem sobre a relação da mãe prostituta com seus filhos e Natália Sganzella (2011), em etnografia das famílias de prostitutas, verifica como essas mulheres se tornam “chefes” de família responsáveis não só pela educação dos filhos, mas também pela manutenção da casa. As relações entre a moralidade e a codificação familiar e as correlatas no trabalho de prostituição são tecidas, portanto, não como pares de opostos. Érika Pinho (2006) nos apresenta especificamente os sentimentos e as memórias afetivas das prostitutas em Fortaleza- CE, contribuindo para esse tipo de análise.

Ainda que a produção verifique essas características da prostituição, no Brasil esse ofício não encontra legitimidade moral para ser aceito como forma de *trabalho*; por outro lado, também não é considerado *crime* pelo Código Penal. Ainda assim, diversas práticas em torno da prostituição seguem sendo consideradas ilegais (RODRIGUES, 2004). O turismo sexual, por exemplo, é muitas vezes visto como tráfico de pessoas, ainda que a bibliografia recente questione esses termos. Adriana Piscitelli (2007) e Kamala Kempadoo (2005) fazem essa discussão, especificamente, ao tratar de mulheres que saem do seu país de origem para exercer prostituição em outros; Flávia Teixeira (2008), por sua vez, faz esse mesmo trabalho tendo agora as travestis como foco. Os trabalhos caracterizam essa mobilidade, centrada na mudança de território, sobretudo como forma de sociabilidade própria daqueles contextos que, no entanto, tende a ser criminalizada quando enquadrada na categoria jurídica de tráfico de pessoas.

A revisão bibliográfica demonstra como as questões levantadas pelo debate proposto extrapolam, e muito, a esfera acadêmica. Gabriela Leite (2005), autora e

representante da Rede Brasileira de Prostitutas⁷, José Miguel Olivar (2007, 2009) e Laura Agustín (2008) defendem a prostituição como um trabalho que deve, por direito, ser respeitado e não criminalizado em seus desdobramentos. José M. Olivar (2007, 2009) e Gabriela Leite⁸ afirmam que a legitimidade da prostituição será possível, (em seus termos, o “direito humano de ser puta”), quando os direitos sexuais dessas mulheres forem respeitados. Além desses autores, Soraya Simões (2010, 2011) tem escrito muito sobre os movimentos de prostitutas, principalmente no contexto do Rio de Janeiro, defendendo também a profissionalização.

Observando a bibliografia, e também discutindo com outros estudiosos da prostituição em um GT específico na RBA – 2012⁹, é possível perceber que tem uma grande lacuna na bibliografia a respeito da criminalização, bem como da violência na prostituição. Uma vez que os debates são mais focados em sexualidade, cuidado com o corpo, e etnografias sobre a vida de pessoas que fazem da prostituição uma atividade econômica.

II. O debate teórico sobre “ilegalismos”

O Código Penal, documento de referência do direito penal, define as ações consideradas delituosas, e nem sempre se referencia nos valores morais amplamente aceitos. Tomando como referência Michel Foucault (2010), quando afirma que o sistema penal não serve para acabar definitivamente com os ilegalismos, mas para gerir diferencialmente as ilegalidades, considero nessa pesquisa que o código Penal não garante e não tem intenção de fazer com que práticas ilegais em torno da prostituição deixem de existir. Trata-se de administrá-las.

A gestão de ilegalismos, de que fala Foucault, tem relação com aquilo que é ou não tolerado para cada estrato social a partir do estabelecimento, justificado pelo aparato jurídico, de distinções, ordenamentos e diferenciações entre tais estratos; há, historicamente, uma transformação nesta gestão dos ilegalismos, com uma mudança de

⁷ A Rede Brasileira de Prostitutas é uma organização resultante do I Encontro Nacional de Prostitutas. Existem outras organizações de prostitutas no país, inclusive que não reconhece a prostituição como profissão.

⁸ Esta é uma referência à Mesa Redonda “Prostituição: de ocupação à profissão”, realizada no Rio de Janeiro dia 16/12/2011, na qual Gabriela Leite (representante da ONG Davida) foi convidada para falar sobre o tema.

⁹ José Miguel que levantou esse assunto para discussão durante uma conversa dentro do Grupo de Trabalho: A prostituição e seus interstícios: contextos e categorizações nas trocas econômico-sexuais, na 48ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo-SP, 2012.

estatuto para uma série de delitos até então tolerados e que passam a não ser mais. Este movimento tem relação com o afinamento e refinamento das normas disciplinares, que justamente em determinados segmentos das classes mais baixas, entre os quais se inclui o das prostitutas, aparecem como um certo “direito” a infringir direitos.

O instrumento que domina, gere e explora as ilegalidades, para Foucault (2010), é chamado de “delinquência útil”, ou seja, “(...) a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro do ilícito por meio de elementos ilegais, agora manejáveis pela organização em delinquência.” (FOUCAULT, 2010, p. 265). Baseado nessa noção de delinquência, o autor exemplifica a questão justamente tomando como objeto a rede de prostituição implantada no século XIX:

A implantação das redes de prostituição no século XIX é característica a respeito: os controles de polícia e de saúde sobre as prostitutas, sua passagem regular pela prisão, a organização em grande escala dos lupanares, a hierarquia cuidadosa que era mantida no meio da prostituição, seu enquadramento por delinquentes-indicadores, tudo isso permitia canalizar e recuperar, através de uma série de intermediários, os enormes lucros sobre um prazer sexual que uma moralização cotidiana cada vez mais insistente votava a uma semiclandestinidad e tornava naturalmente dispendioso; na computação do preço do prazer, na constituição de lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o meio delinquente era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais. (FOUCAULT, 2010, p. 264-265)

Retomando a noção de ilegalismos de Foucault, Vera Telles, no livro *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*, traz o conceito para pensar como práticas ilegais se misturam a práticas legais no Brasil contemporâneo. A autora, mesmo tratando dessas duas práticas, deixa claro que falar em porosidade entre o legal e ilegal não é o mesmo que dizer que não há diferenciação entre eles, uma vez que “Leis, codificações e regras formais têm efeitos de poder, circunscrevem campos de força, e é em relação a elas que essa transitividade de pessoas, bens e mercadorias precisa ser situada.” (TELLES, 2010, p.191). O trânsito entre o legal e o ilegal, tanto empírico quanto analítico, faz com que esse sujeito que vive na fronteira circule entre diferentes códigos em seus cotidianos. Citando seu parceiro Daniel Hirata, a autora situa a necessidade de astúcia, artifícios e senso de oportunidade que passam a emanar desse sujeito legal-ilegal:

(...) um feixe de códigos, de procedimentos e protocolos, não normativos, não categoriais, sempre situacionais, práticos, relacionais

e dos quais depende a passagem por essas fronteiras incertas, ao mesmo tempo em que, em cada situação, se negociam, se definem e redefinem os critérios do “certo” e do “errado”, do justo e do injusto, os parâmetros do aceitável e os limites do tolerável (TELLES, 2010, p.35)

No que toca à gestão dos ilegalismos, a polícia é invariavelmente a representação mais explícita do poder do Estado que se aproxima da população a ser gerida. Foote Whyte (2005), já em 1943, ao tratar dos policiais de *Cornerville* e seu contato com os considerados “fora da lei”, percebe que a hipótese repressiva não se sustenta. Ao contrário, o autor etnografa a proteção policial oferecida ao jogo de números, e os modos como essa segurança se dá por uma troca recíproca de favores, que pode ganhar a forma do suborno e/ou de outras facilidades aos agentes. O autor concluiu que a “(...) observação da situação em *Corneville* indica que a principal função do departamento de polícia não é fazer cumprir a lei, mas regular as atividades ilegais” (WHYTE, 2005, p.154).

Pensando nessas questões policiais e nas mercadorias ilícito-ilegais, Michel Misse (2006) retoma Ruggiero e South para falar do “mercado de bazar”, uma feira “pós-moderna” que ultrapassa todas as regulamentações convencionais. Para eles, as fronteiras morais entre legalidade e ilegalidade se atenuam ou são constantemente negociadas em uma “cidade moderna tardia”. Misse apresenta também o conceito de mercadorias ilegais (no seu caso, o tráfico de drogas) e mercadorias políticas (bens ou serviços compostos por recursos políticos). Para o autor:

Todas essas redes sociais que interligam mercados legais e ilegais, formais e informais, mercadorias políticas criminalizadas (propinas, chantagens, redes de proteção) e mercadorias de criminalização contextual (como, por exemplo, o jogo, o aborto, a prostituição e as drogas) não adquirem necessariamente contornos espaciais ou comunitários e nem constituem “setores”, mas, antes, percorrem complexamente todo o conjunto do tecido social, político e econômico. (MISSE, 2006, p.181)

III. Ilegalismos e Prostituição

A bibliografia acerca da prostituição tem abordado questões relacionadas com a prostituta e seu modo de lidar com diferentes situações sociais (no trabalho, na família, relações afetivas, lidando com o estigma) sem, no entanto, discutir a fundo a questão da criminalização e dos ilegalismos como chave para conceber a própria

prostituição, enquanto categoria descritiva e analítica. Esta pesquisa pretende contribuir nessa lacuna analítica, tendo sido elaborada, justamente, para levantar questões referentes à conformação de ilegalidades e consequente criação de códigos internos, extralegais ou extramoriais, quando vistos de fora, mas positivados internamente aos contextos estudados. É nessa perspectiva relacional que pretendemos avançar ao longo do estudo.

Para contextualizar a prostituição no Código Penal, Marlene Teixeira Rodrigues (2004) apresenta informações gerais de como se processa a relação entre a justiça criminal e a prostituição hoje, no Brasil. A autora ressalta que a prostituição em si não é crime, mas sim o que se relaciona com ela. É crime, portanto, qualquer atividade correlata à prostituição:

No capítulo V, do Título VI, quatro artigos – 227 a 230 – se referem ao lenocínio e um ao tráfico de mulheres – 231. Com exceção do artigo 230, referente ao rufianismo, os demais têm como objeto jurídico a defesa da "moralidade pública sexual". No caso do rufianismo, o objeto jurídico é "coibir a exploração da prostituição". (RODRIGUES, 2004)

O Art. 227 se refere ao ato de mediar, induzir a prostituição; o Art. 228, ao favorecimento da prostituição ou impedir que a prostituta abandone a prostituição; o Art. 229 se relaciona à casa de prostituição ou local destinado aos encontros; o Art. 230 corresponde ao rufianismo, ou seja, “tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça”; o Art. 231, ao tráfico de pessoas para fim de prostituição. Outro artigo que acaba inferindo à prostituição é o Art. 233 que se refere ao ato obsceno, o que justifica as detenções de prostitutas nas ruas.

Ao contrário do que a autora fala, acreditamos sim que o Artigo 230 está relacionado com a defesa da “moralidade pública sexual”, pois não reconhece o exercício da prostituição como um trabalho. O sexo, nesse caso, não está na lógica do mercado. Caso contrário não seria problema ter alguém que zele por sua segurança, ou a autonomia da prostituta em sustentar outra pessoa.

Mesmo essas leis não sendo diretamente relacionadas à prostituta, acabam interferindo diretamente nas suas vidas, por exemplo, condenando aquele que se deixa ser sustentado por ela. O que acontece, na maioria das vezes é a infração dessas leis por

parte das pessoas que rodeiam a prostituta (familiares, cafetões, policiais). Tendo isto em vista, a prostituta tende a aparecer como vítima da exploração dos criminosos, tendo suas vontades individuais e poder de falas desconsideradas.

A relação da prostituição com o chamado submundo do crime vulnerabiliza seus personagens, principalmente as mulheres, pois, não bastando problemas derivados de questões de gênero, a manutenção de lenocínio como crime previsto no Código Penal abre uma ampla margem de atuação para agentes corruptos.¹⁰ (SIMÕES, 2010, p.107)

Larissa Pelúcio (2009), ao tratar das travestis, faz uma discussão sobre o que é permitido fazer e o que não é recomendado nas suas inter-relações, ou seja, nos seus códigos morais internos, muito diferentes daqueles do Estado. A autora faz a seguinte reflexão sobre tal situação:

O que minhas observações e análises sugerem é que códigos morais próprios são formulados por aqueles e aquelas que são sistematicamente perseguidos pela moralidade dos comportamentos e que, por isso, não podem contar com as leis escritas, regidas pelo Estado, que mesmo nomeando-os como cidadãos, não os trata, de fato, como tal. (PELÚCIO, 2009, p.212)

É importante pensar que a criminalização de práticas ligadas à prostituição é apenas um ponto de algo maior, que é o ilegalismo. A prática da prostituição não é ilegal apenas porque é crime em alguns de seus desdobramentos, a prostituição, de uma forma geral tida como ilegal porque extrapola o que é permitido moralmente. Quero dizer que, mesmo que a prostituição na rua não seja crime perante o código penal, é uma atividade imoral, ilegítima e, no limite, ilegal para os valores dominantes da sociedade.

¹⁰ A supressão do crime de lenocínio surgiu como proposta no ano 2002 pelo deputado Fernando Gabeira, mas foi arquivado. Atualmente, o deputado Jean Wyllys volta a discutir sobre o lenocínio e a regularização da prostituição no Brasil. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/01/15/deputado-quer-aprovar-ate-a-copa-do-mundo-projeto-de-lei-que-regulariza-a-prostituicao-no-brasil.htm>. Acesso em jan.2013.

3- CASAS NOTURNAS DE PINHEIROS

As casas noturnas de Pinheiros, visitadas durante a pesquisa, são localizadas próximas a uma avenida de barracões comerciais na periferia da cidade. Essas casas, também chamadas de boate, são muito parecidas: tem um salão onde o movimento ocorre no período da noite e um espaço para estadia das prostitutas. O salão é marcado pelas cores preta e vermelha, com muitos espelhos, mesas e cadeiras, máquina de música, um palco com uma barra de ferro, além dos quartos para a realização do programa. O espaço destinado à estadia corresponde a uma cozinha, banheiros e quartos para a acomodação das mulheres que viajam e não têm onde ficar.

O quarto tinha dois beliches e três camas, e mesmo assim ainda sobrava espaço entre elas. Tinha também uma televisão: naquele momento passava uma novela do SBT. Na parede da porta, muitas marcas de batom, em forma de beijo, de vários tons de vermelho e rosa, e também marcas de lápis de olho preto. Nessa parede um espelho, e as marcas de beijo em torno dele. Em frente do espelho uma mesa, a mesma onde está a televisão, com restos de maquiagens. Na parede oposta, escrito em caneta azul 'eu amo a vida' e em volta, alguns nomes. Nessa mesma parede, mas no outro extremo, um armário de alumínio de vários compartimentos, separados por portinhas com chaves. Nenhum deles estava trancado. (Notas de campo: 25/03/2011)

Como o espaço do salão das casas onde ocorre a movimentação noturna, em geral, é parecido, o que faz a prostituta optar por uma casa e não a outra é a idade das mulheres e a acessibilidade de drogas. Uma das casas estudadas é frequentada por mulheres mais velhas (por volta de 24 anos, ou mais) e a outra, por mulheres mais novas e com uma tolerância maior de uso de drogas. Na última, sempre tive maiores dificuldades de acesso para o trabalho de campo.

Minhas inserções nesses espaços ocorreram no período da tarde. Como já foi dito, as prostitutas que utilizam o serviço dos quartos durante a tarde são aquelas que não são da cidade. Por isso, as conversas e entrevistas foram realizadas com mulheres que estão em constante movimento, viajam de casa em casa, de cidade em cidade, para trabalhar como prostitutas nas boates. Assim, muitos relatos não são apenas de uma casa específica, mas podem ser de outras casas, e outras cidades.

Eu e Fabiana (membro do GETS) chegamos à casa que estávamos acostumadas a frequentar e nos deparamos com Fabinho, o cozinheiro e empregado doméstico de lá. Conversamos um pouco e ele nos disse que tinha uma moça bacana com a qual poderíamos conversar. Subimos para os quartos de hospedagem da casa e fomos apresentadas à Fábia. Disse para ela conversar conosco, pois somos 'gente boa'. Fábia é uma mulher morena, magra e de cabelos negros, lisos e compridos. Vestia camisola e mexia no seu notebook. Logo que viu Fabiana, se lembrou dela de muitos anos atrás, quando estava passando mal e uma mulher que acompanhava Fabiana, que também participava do GETS, fez-lhe uma massagem que a deixou melhor. Conversamos bastante e Fábia contou que deixou sua casa ainda nova, devido a desavenças familiares. Procurando emprego nos classificados, encontrou uma casa que contratava moças e resolveu ir para lá. Começou, então, a trabalhar como prostituta em uma casa noturna. Nessa casa, todo o programa era dividido com a cafetina, que era muito brava. Lá tinha muita violência. Se a cafetina não gostasse de alguém, ela olhava de certa forma que as outras já sabiam que teriam que bater. Elas não podiam sair da casa, recebiam 400 reais e achavam o suficiente. Depois de dois anos, uma amiga disse que ela estava perdendo tempo lá, então ela saiu e foi para outros lugares. Chegou a ganhar 1.500 reais por semana em São Paulo, mas Fábia achou uma loucura, pois trabalhavam até às seis da manhã. Disse que várias vezes tiveram casos de 'baixar santo', depois que a casa é fechada, algumas mulheres tinham 'pire-paque', batiam a cabeça na parede e falavam que estavam com alguma coisa no corpo, mulheres que acendem velas pela casa, e isso a assustava. Conta que um dia uma companheira de quarto arrumou uma corda para tentar enforcá-la. Certa vez, uma mulher passou a faca no pescoço da outra enquanto dormia, arrumou as coisas e sumiu. Para Fábia, o motivo para tamanha violência é inveja da beleza ou trabalho da outra. (notas de campo: 29/04/2011)

Essa fala é importante por mostrar que os códigos de prostituição que aparecem neste texto não implica a existência de uma forma geral e universal de códigos presentes. Há muitas formas distintas de práticas e manutenção da prostituição. Em Pinheiros, por exemplo, Fábia recebe o seu programa sem precisar dividir com ninguém.

Quando iniciei as idas para as casas noturnas, o principal questionamento era: por que exercer prostituição na casa e não na rua¹¹, uma vez que a manutenção de casa destinada a essa finalidade é crime? Levando a sério esta dúvida, busquei entender como elas percebem esses dois espaços: a casa e a rua. Durante as conversas com as prostitutas, perguntava sobre a rua, como é a rua pra elas, se fazem ou fizeram ponto nas

¹¹ Este foi o tema de dois pôsteres apresentados em dois eventos: XV Congresso Brasileiro de Sociologia. As "de dentro" e as "de fora": olhares sobre a prostituição em São Carlos-SP. 2011; e II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. AS PROSTITUTAS DAS CASAS OLHANDO PARA A PROSTITUIÇÃO NAS RUAS. 2011, realizado na UFSCar.

ruas, e o porquê da preferência pela casa. Alguns motivos foram destacados: preço, segurança, anonimato e proteção em relação ao preconceito.

Além de conversar com algumas mulheres das casas sobre isso, procurei falar também com as travestis que fazem ponto na rua buscando entender como elas veem essa relação e como lidam com alguns problemas. A casa das travestis se localiza bem próxima da casa noturna das mulheres mais velhas. Pude, em ocasiões nas quais presenciei visitas das travestis ao cozinheiro e prostitutas da casa noturna, manter conversas com elas e levantar questionamentos sobre como se dá a prostituição na rua.

I. Preço

O preço do programa nas casas noturnas, geralmente, é mais alto que na rua, embora não seja uma regra e possa variar, a depender da localização da rua e da casa. No caso de Pinheiros, dificilmente uma mulher na rua ou na praça vai conseguir mais de cem reais num programa, que é o preço mínimo de um programa na casa. Fernanda, uma mulher alta, morena de cabelos negros e alisados, vem de uma cidade muito pequena próxima de Pinheiros. Ela disse que está ‘na noite’ há mais ou menos um ano:

Não vale a pena [a prostituição na rua], porque na casa o preço já é estipulado e cobrado mais. Na rua, se a prostituta cobrar mais de quarenta e cinco reais o cliente já pergunta se tem ‘buceta de ouro’ (fala de Fernanda, nota de campo: 02/09/2010)

As travestis ficam nos pontos da avenida, a mesma em que se localizam as casas de prostituição. Neste local, elas recebem por volta de trinta reais o programa no carro e cinquenta reais, no motel. Se oferecerem a mais para ir sem camisinha, algumas travestis aceitam. A droga aparece muitas vezes como moeda de troca para elas, e a frequência que ela aparece varia de cidade para cidade. Na cidade de São José do Rio Preto – SP, por exemplo, elas disseram que circulam muitas drogas e muitos clientes querem pagar o programa com droga. Mas, segundo elas, é desvantagem para a prostituta. Por isso, essas travestis prostitutas, preferem não aceitar.

II. Anonimato e proteção do preconceito

O anonimato e a proteção do preconceito aparecem de duas formas: em relação ao outro que tem preconceito com a figura da prostituta e em relação aos familiares dela. Por se tratar de atividade moralmente condenada, muitas mulheres com as quais conversei relatam não contar aos familiares que são prostitutas, e por isso, na maioria das vezes, não fazem programa nas suas cidades com medo que pais, mães, filhos descubram. A casa, bem como a mobilidade é uma estratégia de manutenção do anonimato.

Disseram [Michele e Larissa] que preferem a casa pela questão da segurança. Por morarem em São Paulo e fazerem programas lá, preferem também pela questão do anonimato [para que suas famílias não saibam que se prostituem]. Larissa disse que na rua qualquer pessoa pode passar e ver ela se prostituir, e não é legal, porque existe muito preconceito ao se afirmar como prostituta. (nota de campo 01/04/2011)

Conversando com as travestis, este não é um problema, porque já quebraram um vínculo familiar. Algumas, inclusive, já foram excluídas de suas famílias pela sua orientação sexual. As mulheres, ao contrário, não romperam os laços com seus familiares. E para isso sentem a necessidade do anonimato.

III. Violência

A violência nas ruas é um grande problema para as prostitutas. Muitas vezes a violência física está relacionada ao preconceito com a figura da prostituta. Grande parte das mulheres que falam sobre a rua tem relatos sobre a violência e histórias envolvendo conhecidos para contar. Este, com certeza, é um ponto muito importante para a escolha da casa em detrimento da rua.

Perguntei para Fábria sobre fazer programas nas ruas. Ela disse que faz algumas vezes [em Pinheiros mesmo] no período da tarde, mas não tem coragem de fazer à noite, pela insegurança. Disse que foi até as travestis perguntar sobre o ponto, se teria algum problema ela andar por lá. Falaram que andando ou parada ninguém é dono do ponto à tarde¹². No período na tarde, geralmente, são clientes que traem a mulher no almoço. (nota de campo: 29/04/2011)

¹² Larissa Pelúcio (2009) e Maria Dulce Gaspar (1985) tratam de travestis que se prostituem nas ruas, e a relação com o ponto. Gaspar (1985), em seu livro, fala que muitas vezes as travestis tomam o ponto das mulheres pela força.

Gleice faz programas há três anos. É uma mulher de 21 anos negra, gorda, alta de cabelo alisado e com um pouco de luzes, sua família é de Minas Gerais. Gabriela já é mais nova, 18 anos, pequena, magra, morena, de cabelo alisado também e com poucas luzes, usava um piercing grande de gato no umbigo. Esta veio de Araraquara-SP, e faz programas há seis meses. Ambas trabalham na casa de moças mais novas.

Tanto Gleice quanto Gabriela afirmaram nunca ter trabalhado na rua, e Gleice disse que na casa tem mais segurança. Dificilmente saem dela para fazer programa, ou seja, utilizam os quartos oferecidos pela casa. Para elas, a questão é menos o dinheiro, já que, dependendo de onde estão, conseguem ganhar bastante na rua. O importante mesmo é a questão da segurança. Gleice contou ainda que sua ex-mulher, também prostituta, viu outra mulher ser espancada enquanto estava na rua esperando por um programa. (nota de campo: 25/03/2011)

Além do programa na rua, o ‘lado de fora’ da casa também aparece como um problema para a mulher. Muitas mulheres não saem da casa pela insegurança, e preferem fazer o programa no quarto oferecido pela boate. Ao realizar o programa numa casa noturna, essa casa é imediatamente caracterizada como um local que explora a prostituição da mulher, portanto é crime de acordo com o Artigo 229 do Código Penal.

No caso das travestis, que estão a todo o momento nas ruas, há o compartilhamento de ideias e códigos distintos em relação a violência. O trecho que segue, ilustra os modos como as travestis buscam lidar com a violência no cotidiano.

Nielle nunca teve problemas com violência. Considera compreensível que o cliente tenha medo da travesti fazer bagunça, o expor e quebrar seu carro. Acha que o cliente só faz algo ruim, se a travesti fizer. Tânia discorda e diz que tem gente ruim sim. Para ela, o importante é sempre falar mais alto e mais grosso que o cliente, demonstrando não ter medo. Afirma que o combinado não sai caro e vai em cima mesmo, principalmente se não quiser pagar. Nielle disse que faz tempo que está nesse mundo de prostituição, já Tânia é novata.

Tânia contou a história de um cliente que contratou seus serviços, fez sexo oral nela e disse que ia beijar a boca da sua mulher com a “porra” da travesti, só pra sua mulher sentir o gosto. Como tinha passado seu telefone para este cliente, um dia a mulher dele lhe telefonou. Tânia então contou a ela toda a história e se dispôs, por 1.500 reais, a sair com o homem novamente para a mulher pegá-lo em flagrante. Um tempo depois este homem a convidou pra um programa e cobrou dela a indiscrição com sua esposa. Como Tânia já estava dentro do carro, o cliente a levou para uma rodovia e começou acelerar o carro, foi quando ela puxou o freio de mão. Tânia relata ter ficado com medo nesta ocasião, temeu que ele pudesse lhe dar um tiro e mostrou a cicatriz na perna, falando que já levou tiro por nada. Contou que o agarrou e exigiu que a tirasse de lá, já que, se ele a deixasse lá, ela não

ia conseguir ir embora, por ninguém dar carona para travesti. Fez ameaças, dizendo que ela não tinha nada a perder, ao contrário dele, que possuía mulher e família. (Nota de campo: 02/09/2011)

Para as travestis que estão na rua, o tempo todo se faz necessária a adoção de uma postura firme frente ao cliente, visando evitar algum tipo de violência. Mesmo não tendo sido citado, é importante pensar que fazer ponto na rua implica em riscos que vão além da violência do cliente, praticada por aqueles que simplesmente não aceitam um tipo de comportamento e querem resolver na base da violência¹³.

¹³ Cabe aqui lembrar o caso em que um grupo de adolescentes espancou uma empregada doméstica num ponto de ônibus no Rio de Janeiro há alguns anos, justificando imaginar tratar-se de uma prostituta. Este caso está presente no seguinte sítio: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3479&Itemid=2. Acesso em 21/01/2013.

4- CATEGORIAS

Refletindo sobre essas questões é possível pensar que a segurança é um elemento central na escolha feita pelas prostitutas. As casas de prostituição oferecem segurança em relação ao preconceito, à violência e ao valor mínimo do programa. E como se dá essa segurança? Quais são os códigos da casa que garantem a segurança da mulher prostituta e ordem no local? Durante as inserções a campo, vários desses códigos foram aparecendo nas falas das mulheres entrevistadas. Para facilitar o entendimento desses códigos e seus desdobramentos, separei a análise em quatro níveis: regras gerais da casa; relação com companheiras de trabalho; relação com o cliente; relação com o dono (e seu comportamento frente aos clientes e à polícia).

I. Regras gerais da casa

Nas conversas realizadas desde 2010 com prostitutas nas casas noturnas, foi possível perceber certos códigos alternativos internos que devem ser respeitados. Gabriel Feltran (2010) ao falar de meninos “*foras da lei*” afirma que mesmo onde aparentemente não há um cumprimento de lei, existe sim outros códigos de conduta, regras, normas morais e, inclusive, “leis” sendo produzidos e reproduzidos constantemente. Com esse mesmo raciocínio, penso nas casas de prostituição estudadas nesta pesquisa: mesmo na *zona* – que significa tanto um espaço de prostituição quanto desordem, tumulto confusão – há códigos que devem ser cumpridos.

Essas casas noturnas, além de oferecer o divertimento da boate, oferecem os quartos e as prostitutas, que são exclusivamente mulheres maiores de dezoito anos. Homens e travestis não se prostituem neste contexto específico.

Gleice, que já ficou em outros lugares (Atibaia, São Paulo, São Carlos, etc.), disse que as casas em que ficou são exclusivamente de mulheres e que as travestis ficam nas ruas. Nas casas as pessoas chegam, e se tem espaço são acolhidas. Antes de tudo, tem que mostrar o RG para comprovar a maioridade. (notas de campo: 25/03/2011)

Dezoito anos é a idade mínima para se trabalhar numa dessas casas. E trinta anos é o máximo conforme afirma Fábia. Por isso muitas prostitutas mentem sua idade

para os clientes. Ter mais que trinta anos na prostituição significa que ela já está velha para a atividade nas casas de prostituição. As prostitutas que continuam depois dos trinta vão para outros espaços da cidade: ruas ou praças.

Na casa, em Pinheiros, Fábria disse que recebe o dinheiro inteiro do programa e o que tem que fazer é beber, ou seja, fazer com que o cliente pague a sua bebida. Mas não dá muito certo, pois ela só toma suco. Disse que prefere fazer programas, mas isso dá prejuízo para a casa. (...) Na casa o dono recebe pela bebida e pelo aluguel do quarto. (...) Fábria disse que o movimento na casa está parado por causa da morte de um rapaz. Corre um boato que o espírito do cara morto lá na frente ronda aquela casa. Depois do ocorrido, muitas pessoas, mulheres e clientes tiveram medo de ir para as casas. Esse medo deve-se também à violência que marcou a morte do rapaz, ao aparecimento constante da polícia e de acabarem sendo descobertos pela família. Um dia antes da ida à casa, houve uma visita de policiais no período da tarde e revistaram tudo. Eles estavam a procura das mulheres envolvidas no assassinato. Fábria ficou tão assustada com a forma que os policiais entraram que pensou seriamente em sair de lá. (nota de campo: 29/04/2011)

Como diz Fábria e confirmado também por outras mulheres, nessa casa elas recebem o dinheiro integral do programa. Este valor corresponde ao mínimo de R\$100,00 por meia hora, sendo R\$80,00 o preço do programa e R\$20,00 o valor do aluguel do quarto. Se quiser ficar mais tempo, os valores cobrados aumentam. Esta quantia é paga no balcão, quando o cliente acerta sua comanda antes de ir para o quarto. O dinheiro fica com o dono, sendo entregue às mulheres no fim da semana. Segundo elas, o que gera lucros para a casa é o consumo de doses de bebidas: esse consumo é feito pelos homens. Cabe às prostitutas fazer com que consumam, pagando para eles mesmos e também para elas. Fábria acha que dá prejuízo para a casa porque não gosta de beber e prefere fazer programas.

Conversando com um funcionário da casa e com outras mulheres, foi possível saber um pouco do caso: o homem que morreu fez alguma coisa séria (que não foi dito, mas pode ter sido uma ameaça, ou uma violência física) para uma prostituta. Foi expulso da boate pelos seguranças. Então esta mesma prostituta ligou para dois outros homens que pegaram- no na saída e bateram até matar. O resultado que Fábria vê disso é que esse fato deixa as prostitutas e os clientes com medo de revista de policiais, de serem descobertos por suas famílias e da alma do homem morto.

A violência aparece nas casas em certos contextos, mas em geral ela é associada com a saída das mulheres para realizar o programa em outros espaços, fora da boate.

Guta disse que não sai de jeito nenhum da casa para fazer programa, pois sua mãe [que também é prostituta e trabalhou em casas] contou que foi convidada a sair para um programa com uma oferta muito alta de pagamento. Ela achou estranho e não aceitou, mas sua amiga foi, e acabou sendo encontrada morta num canavial. Sua mãe a alertou sobre isso. Então prefere ficar na casa e fazer programa por lá, com duração de meia hora. Toca o sinal e tem que sair. Ao contrário de quando sai da casa, pois fica um tempo muito maior fora e o cliente não consome. Quando falta do trabalho, ou seja, quando não aparece no salão é cobrada uma multa de R\$150,00 por dia que faltou. (nota de campo: 20/10/2011)

Guta usa a experiência da sua mãe como prostituta para tomar cuidado e não fazer programa fora da casa. Para ela a casa é melhor por dois motivos: além de ter mais segurança, quando opta por ficar na casa ela não precisa pagar a ‘saída’. Quando o programa é fora da casa o cliente tem que pagar a ‘saída’, que é por volta de R\$100,00, mais o programa da mulher de acordo com o tempo que vai ficar fora do salão. Geralmente os clientes levam as prostitutas para algum motel e depois a trazem de volta para a casa.

É interessante pensar no estabelecimento da multa por falta. Porque de uma forma ou de outra é uma dívida que se gera, e uma dependência econômica, não estando mais em jogo somente a segurança, mas também uma dívida.

Flávia também tem medo de ir para fora da casa, por isso quase nunca sai para fazer programas. Ela disse que numa outra cidade o dono coloca os colchões no chão para que as mulheres realizem seu trabalho, isso porque, como já foi dito, o quarto com camas na boate significa que é para fins de prostituição e, portanto, é crime. É também por isso que, como informou Flávia, essa casa de Pinheiros fechou a porta que sai do salão e dá nos quartos e abriu do lado de fora da casa.

II. Relação entre as prostitutas

A relação entre elas é marcada por amor, amizade, raiva e inveja. Isso porque, além de compartilharem o mesmo espaço nos salões das boates, muitas vezes, dividem também seu espaço de descanso, os quartos oferecidos pelas casas de prostituição. Pelo

fato delas circularem muito entre casas e cidades diferentes, muitas vezes estão em lugares desconhecidos. Nas casas, os quartos muitas vezes são coletivos e muitas mulheres acabam sendo obrigadas a dividir o seu espaço com outras. Esses fatores fazem com que o contato entre elas aumente ainda mais.

“Tem umas mulheres que acabamos fazendo muita amizade e sentindo saudades, mas tem as de ‘nariz em pé’ que ‘se acham’ mais que as outras. Não tem o porquê disso, estamos todas fazendo a mesma coisa” (nota de campo: 25/03/2011). Essa é uma fala de Gleice, referindo-se àquelas que dividem com ela o mesmo espaço de trabalho e descanso. Segundo ela, não tem motivo para umas se sentirem superior em relação às demais, pois todas estão fazendo a mesma coisa. É uma fala comum para aquelas mulheres, que defendem a questão de igualdade, respeito e humildade entre elas, e não a noção de superioridade que algumas têm sobre as outras.

Mesmo ‘fazendo a mesma coisa’ umas ‘se acham’ mais que outras e isso gera brigas entre elas. Essa que ‘se acha’, na concepção de Gleice, pode não fazer isso conscientemente. Por exemplo, Fábria que prefere ficar no seu canto, mas acaba passando por metida. Para Fábria, a briga certamente é causada pela inveja relacionada à beleza e à quantidade de programas que uma mulher dá conta de realizar a mais em comparação às outras.

Fernanda e Paula, conversando sobre outras casas disseram que em cidades como Campinas e São Paulo não pode encarar as ‘meninas’ que dividem espaço no salão e nos quartos, pois elas são encanadas, e vão para cima com gilete para cortar o rosto. Para elas é importante saber que se tem alguma ‘menina’ com um homem na boate e ela levantar-se para pegar uma dose, não se deve chegar nele em hipótese alguma. Isso, com certeza, será um motivo para briga.

Muitas mulheres acabam perdendo o contato umas com as outras por estarem constantemente viajando e trocando seus números de celular com certa frequência. Outras vezes, são essas amigas que acabam indicando as cidades que têm casas de prostituição, como os donos as tratam e também se a casa é boa e confiável.

Muitas das mulheres com quem conversei disseram que se desiludiram com os homens, porque falam que amam suas mulheres, mas as deixam sozinhas e ‘vão pra zona’. É por esse motivo também que o relacionamento entre elas extrapolam os

códigos e acabam dividindo um sentimento de carinho e amor. Fábria diz que é normal e corriqueiro as prostitutas se relacionarem entre elas, isso porque elas enjoam de homem e não só pela questão sexual, mas pela falta de carinho e sensibilidade, e é exatamente o que encontra nas colegas que dividem o mesmo espaço e a mesma profissão. “Não aguentava mais o mesmo papo dos homens, e na casa tinha uma que sempre me fazia carinhos, passava a mão no cabelo, preparava meu leite, minha comida e acabava rolando algum sentimento. E tem umas que só tem orgasmo com mulheres.”.

III. Relação com o cliente

O cliente sempre apareceu nas entrevistas como homem e é responsável pelo papel importante no mercado do sexo, pois é ele quem vai consumir tanto a bebida da boate e pagar o aluguel do quarto para o programa, que é o lucro do dono da casa, assim como o pagamento da prostituta. É ainda no salão que este acordo é feito. São nas mesas da boate que se discutem onde será o programa, dentro ou fora da casa, o que será feito no programa, se será com ou sem camisinha, e o preço.

Gleice disse que um dia um homem foi tentar algo ‘fora de hora’ no salão e ‘juntaram todas em cima dele’. Esse “tentar algo ‘fora de hora’, neste caso, significa que o cliente começou a passar a mão na prostituta sem combinar o programa. Se o homem não combina o programa e ‘vai com graça’ para cima das mulheres ele será punido: por elas mesmas, pelo segurança ou pelo dono.

Se o homem tentar alguma coisa ‘fora de hora’, ou seja, querer ficar passando a mão na mulher ainda dentro do salão e acabar a incomodando terá uma consequência, ou por parte dela, ou pelo segurança. Fernanda contou que um dia um moço não queria saber de programa, mas ficou passando a mão, ela levantou e lhe deu uma cotovelada no queixo.

Para Fernanda, a vida da prostituta é difícil no começo. Fala que, de acordo com sua experiência, não sabia como reagir na frente do cliente e ouvia ‘um monte’ e ficava quieta. Mas que hoje é ela quem, muitas vezes, humilha os homens porque, segundo ela, as prostitutas, não aguentam mais humilhação. Se os clientes querem o programa tudo bem, mas, para Fernanda, elas não precisam aguentar certas coisas, pois elas não estão ‘passando fome’.

Se o cliente e a prostituta entram em um acordo e na hora o cliente quebra este acordo, ele sofrerá uma consequência. Como no caso de Fábria. O combinado foi ter a relação sexual com camisinha e, durante a relação, o cliente a arrancou, quebrando uma regra já estabelecida, ela parou o programa, pegou o dinheiro e saiu.

Em relação com aos tipos de programa, Fábria fala que tem homens que não procuram elas para ter uma relação sexual, mas sim para ter uma companhia para usar drogas. Contou que um homem pagou para que ela o deixasse fazer carreiras de cocaína em seu corpo. Ele cheirava a cocaína e jogava dinheiro para cima. Além disso, pelo fato de Fábria ter peitos muito pequenos, alguns clientes, segundo ela, a preferem por associá-la à figura de uma criança.

Quando se trata de tirar sarro desses homens, muitas delas fazem com gosto. Costumam falar que tem cliente que chega cheirando tão mal que elas fazem eles se lavarem antes do programa. Falam também que alguns clientes gostam de usar as roupas íntimas delas, ou então que, no ato sexual, querem que a prostituta introduza algo no seu ânus.

Como as mulheres entrevistadas, que trabalham nas casas noturnas, mudam bastante de casas e cidades, o cliente muitas vezes é um personagem importante nessa rotatividade. Muitas vezes são eles que indicam a elas outras casas e outras cidades. Além dessa ajuda, muitos clientes se tornam amigos delas e as ajudam financeiramente.

Ajuda financeira como essa, recebe Flávia. Ela fica mais ou menos cinco meses circulando pelas casas de prostituição, fazendo programas até encontrar algum cliente que resolva namorar, ou seja, sustentá-la economicamente. Esses homens, em geral, têm mais de 40 anos. Quando encontra um homem com esta disposição, ela fica uns três anos sem aparecer nas casas. Depois volta e faz novamente. Ela disse que é bom sumir, também, por causa do trabalho. “A noite cansa e deixa a pessoa acabada, a mulher fica de mau-humor e o cliente não gosta”.

É importante saber que para muitas prostitutas que consideram a prostituição como um trabalho o sexo não é o limite corporal do amor, do afeto e da confiança. Algumas vezes me falaram que o programa com o cliente é realizado com camisinha, enquanto que a relação sexual com o namorado é sem camisinha. E, neste caso, o não

uso da camisinha indica que a mulher confia no seu namorado, e que nessa modalidade ele é exclusivo. Gaspar (1985) trata dessa fronteira como um limite simbólico:

Uma mulher pode fazer “tudo”, inclusive uma série de práticas condenáveis até mesmo para muitas prostitutas desse meio, mas ela sempre criará um limite simbólico que demarque as relações e envoltórios emocionais. Tânia afirmou que faria qualquer coisa dependendo do pagamento, mas não dormiria com o cliente, pois dormir, só nos seus próprios lençóis e com a pessoa amada. (GASPAR, 1985, p.118)

A figura do cliente é ambígua. Ao mesmo tempo em que é um amigo é também um ‘idiota’. Elisiane Pasini (2005 b.), ao escrever sobre a Vila Mimosa, conclui que o cliente é a figura mais desvalorizada no contexto da prostituição:

Cliente é o homem que paga pelos serviços sexuais, paga mais pelos produtos oferecidos na Vila, paga bebidas e presentes para as prostitutas, não recebe a mesma performance sexual das prostitutas quando comparado aos não-clientes, é maltratado pelos outros homens e, ainda, é entendido como um não homem – aqui lê-se não masculino. Isso tudo me levou a concluir que o cliente da Vila Mimosa é a figura menos valorizada, no entanto, é ele quem constitui a relação da prostituição e, portanto, é quem constitui o negócio da Vila Mimosa. (PASINI. 2005, p. 212)

IV. Relação com o dono

As duas casas que acompanhei em Pinheiros me surpreenderam com relação ao dono da casa, o chamado cafetão, porque tanto no senso comum quanto no código penal, o cafetão é aquele que explora a mulher, que faz ela se prostituir e arranca todo o seu dinheiro. Mas não foi isso que apareceu nas casas. Pelo contrário, muitas das entrevistadas o consideram como um pai¹⁴ e são muito gratas a ele. É ele quem protege as prostitutas de qualquer tipo de violência.

Assim como nos apresenta Simões (2010) se tratando das casas de prostituição da Vila Mimosa, este dono, denominado por ela *empresário*, é o proxeneta, ou seja, o executor do crime de lenocínio perante o Código Penal.

O cáften, o rufião, a cafetina, o gigolô, o dono do bordel, de termas ou de casas de massagem são figuras do proxenetismo que preservam hoje, de um modo ou de outro, essa função de acolhimento, possibilitando o trabalho ou vendendo proteção à prostituta contra

¹⁴ Este pai, representado pelo cafetão, é diferente da figura familiar de pai. Pois este ‘pai’ muitas vezes tem relações sexuais com as ‘meninas’ que trabalham em suas casas.

ataque de clientes ou mesmo contra agentes do Estado. (SIMÕES, 2010, p. 30)

As mulheres de Pinheiros veem o dono como alguém que além de oferecer segurança para que a prostituta possa trabalhar, ele oferece também um quarto para dormir e comida. E é por isso que Guta diz que mesmo o movimento estando baixo na casa ela vai ficar lá, não vai deixar o dono “na mão”. E como ele fez muito por ela, está na hora dela recompensar, até aumentar o movimento.

Nas duas casas estudadas os donos são homens. Mas se eles tiverem um relacionamento sério com alguma das mulheres prostitutas da casa, ela, possivelmente, tornar-se-á cafetina, e responsável também pela manutenção e ordem da casa.

Para os clientes o dono da casa oferece medo, e essa é uma forma do dono ter o controle da casa, certeza de que as mulheres não serão maltratadas e de que receberá todo o dinheiro. Flávia disse que uma vez um homem foi espancado pelo próprio dono dentro da casa, pois não tinha dinheiro para pagar, e isso serviu de exemplo.

Além da relação dos donos com as prostitutas e com os clientes, outra relação que é importante e comentada pelas próprias mulheres é a relação do dono com os policiais. Assim como Foucault (2010) fala de não acabar com o crime, que é a casa de prostituição, o que ocorre é uma gestão dessas casas. Neste caso, o dono da casa, para manter a boate funcionando, depende do acordo que faz com a polícia, que no caso é o pagamento de uma taxa que é constantemente cobrada. Retomando Foote Whyte (2005), a função do departamento de polícia tanto nessas casas noturnas de prostituição quanto em Corneville não é fazer cumprir a lei, e sim regular as atividades ilegais.

5- CRUZES

Através do trabalho de campo realizado durante esses três anos, foi possível classificar três tipos de prostituição de mulheres na cidade de Cruzes: tem as ‘putas do trecho’, tem aquelas das casas de prostituição e tem as mulheres que ficam pela praça. O trabalho de campo foi realizado majoritariamente na praça, mas foi possível, conversando com moradores, agentes de saúde e amigos de algumas dessas mulheres, conhecer um pouco de cada modalidade.

I. Putas do trecho

As chamadas ‘putas do trecho’ são mulheres que se prostituem na pista, nas rodovias e os clientes, em sua maioria, são caminhoneiros que cruzam o país viajando. O preço do programa na rodovia é muito inferior ao preço do programa tanto na praça quanto na casa de prostituição. Na maioria das vezes as mulheres que se sujeitam a este tipo de programa são dependentes químicas.

O termo ‘trecho’ aparece também nas terminologias dos moradores de rua, como pude ver nos trabalhos de Mariana Martinez (2011) e Luciano Oliveira (2012), representando movimento e territorialidade.

Um *trecheiro* não se estabelece por muito tempo numa cidade, vive transitando entre os *trechos* de cidades diferentes. [...] O *trecheiro* irá nomear os *trechos* segundo sua lógica de movimentação, assim os *trechos* são formados por territórios de cidades diferentes. (MARTINEZ, 2011. p. 49)

Beatriz foi uma ‘puta do trecho’, que fazia programa com caminhoneiro, eles pagam por volta de dez reais o programa. Andou por várias estradas e um dia ela chegou em Cruzes. Segundo Paula, a agente de saúde que reside na cidade e tem bastante contato com as prostitutas, Beatriz é bonita, “mas estava judiada”. Continuou a fazer programas na cidade de Cruzes, mas não só no trecho, foi então que conheceu um cliente de Jundiá casou e está fazendo faculdade.

II. Casas de prostituição

Na cidade têm duas casas de prostituição, uma com mulheres que moram na cidade de Cruzes, e a outra com mulheres que não moram na cidade. Desde 2011, quando abriram esta última casa, a origem das mulheres é majoritariamente de Goiânia.

Quando eu cheguei à frente da segunda casa de prostituição, na qual as mulheres frequentadoras não são da cidade, tinha uma prostituta fazendo a unha sentada numa muretinha bem em frente da casa, perguntei sobre as outras moças e ela me disse que nessa casa só trabalham as mulheres de Goiânia, que ela nunca foi para outra cidade a não ser Cruzes e Goiânia para fazer programa, e que todas as mulheres da casa são desse mesmo lugar, e não tem nenhuma da cidade de Cruzes na casa. Que isso era exclusividade da outra casa. Ela disse que trabalhar lá é bom por causa dos clientes, que são na maioria turistas que vão para a cidade para pescar.

Em outra visita para a cidade com alguns integrantes do Núcleo de Pesquisas Urbanas (NaMargem), tentamos ir às casas, mas assim como não tem horário para abrir e fechar, não tem dia também. Nos dias que passamos na cidade não abriram a casa, e, durante algumas noites, as mulheres iam fazer programa na praça. Conversando com algumas pessoas na praça sobre as casas me informaram que se a prostituta está na casa e vai sair para fazer o programa tem que pagar cinquenta reais para o dono.

Se tiver violência no 'puteiro', o segurança põe pra fora. Mas não acontece nada porque elas não denunciam. Olha só, um menino de vinte anos, há uns quatro ou cinco anos se apaixonou por uma garota de programa e ele ia ao 'puteiro' visitá-la todos os dias. E ela tinha, antes de conhecer o menino, saído com um cara. E um dia esse cara falou 'eu vou sair com você' ela falou não e que estava acompanhada. Então ele disse 'estou te pagando, eu quero você e aqui dentro você vai ter que sair comigo' e o menino que estava apaixonado tomou as dores da menina 'ela não vai sair com você, ela está comigo, etc.' ai foi e mataram o menino à facada. (trecho de entrevista com Paula 29/04/2012)

III. Praça

- Tiazinha mora em Minas Gerais numa cidade pequena. Ela tem dois filhos e não arrumava serviço nem de empregada doméstica. A mãe dela falou que ela é bonita: 'Vai lá e vai ser biscate, vai ser puta. Eu quero dinheiro, você tem que sustentar dois filhos, ninguém mandou você ter filho, eu não sou obrigada sustentar você seus filhos. Então você sai e vai lá fora ser puta.' Ela disse que ia ser mesmo. Ela era casada, o cara largou dela com dois filhos. E homem é assim, você sabe né? Eu fiz o filho agora você se foda que eu não quero nem você e nem o filho. Uma menina mais velha que vinha pra Cruzes, na época que dava muito dinheiro, só que [a prostituição na cidade] era mais reservada, elas [as prostitutas] não ficavam 'eu sou mesmo garota de programa e meu programa é 150 reais'.

- Fizeram até cartãozinho agora [mãe de Paula]

- Quem fez foi só a Raquel e a Tiazinha. E os caras pegam o cartão rasgam e jogam fora, não vão chegar na casa deles com cartão de puta no bolso? Nunca. E ela falou que sofreu um acidente, tem a barriga toda estourada, é horrível a barriga dela, ela fez 'traqueo' tem até o sinal. Ficou em coma seis meses, aí ela voltou, a mãe dela tratou um ano ali e depois a mãe falou que precisa de dinheiro pra sustentar ela e seus filhos, e achou melhor que virasse 'biscate'. Como a moça que vinha pra cá faz tempo agora ela está bem de vida, tem até carro. Quem paga são os caras que vem pra cá. E é carro bom, não é carro velho não, trocam de três em três anos. A pesca fecha de novembro a março. E não tem turista. E é a praça é para o pessoal de Cruzes mesmo. E ela não vem pra cá, fica quatro meses sem vir pra Cruzes, mas chega uma época dessas [que tem muito turista], ela fica faz um mês que está aqui, se hospeda em um hotel, não fica na casa de ninguém. Teve um cara que eu vi dar mil reais pra ficar com ela de quinta a domingo. Mas se você visse o homem também, Deus me livre, eu não ia nem por cinco mil. E cada uma tem uma história. (trecho de entrevista com Paula 29/04/2012)

A *praça* é a junção, na verdade, de duas praças: uma corresponde à praça da igreja e a outra corresponde à praça da biblioteca municipal onde tem um parquinho para as crianças, uma ao lado da outra. A rua que separava essas duas praças não existe mais e ficou, então, uma praça só. Nessa praça tem várias barracas que vendem pastéis, sorvetes, pizzas, cervejas, refrigerantes, lanches, porções. E ocupando o lugar que era a rua ficam as mesas e cadeiras dessas barracas.

Durante o dia, poucas pessoas ficam na praça, e durante o fim de semana, as barracas ficam abertas o dia todo. Mesmo assim, a praça só ficou cheia depois das dez. Observando, as pessoas no decorrer do tempo, deu pra perceber que a praça é frequentada por vários grupos.

Um primeiro é o familiar, a praça é uma distração, um lugar que os pais vão para levar os filhos para passear, pois não tem outro lugar para isso sem ser a praça. Os pais e as crianças geralmente ficam em algumas barracas e nos brinquedos, eles ficam no fim da tarde e vai passando o tempo, alguns vão indo embora.

Uma segunda é da diversão dos adolescentes, em sair para comer, passear, paquerar; que chegam à noite e ficam até tarde. Muitos desses adolescentes se arrumam bastante, principalmente as meninas, que várias vezes usam roupas diferentes do usual e salto alto para ficar andando pela praça e em círculos em volta da igreja.

A terceira é daqueles mais velhos que comem, passeiam, e paqueram também, com ou sem os turistas. Tem algumas mulheres da cidade que acham ruim ter relações com homens de lá e acabam se relacionando com alguns turistas ou caminhoneiros, mesmo sabendo que são homens casados.

A quarta é da prostituição propriamente dita. As mulheres geralmente estão trajadas com vestidos curtos e que muitas vezes mostra grande parte das pernas e uma parte da bunda, e usam sapatos bem altos (de salto). Elas ficam ou nas mesas ou em pé conversando com turistas, sendo, a maioria, velhos com cabelos brancos. No início das idas para Cruzes, foi possível perceber que as prostitutas mais velhas ficam nas mesas com os turistas, aí chegam as mais novas (mais ou menos 20 anos) e conversam algumas coisas e saem para andar pela praça. Em outro canto da praça essas da faixa de 20 anos se encontram com umas mais novas ainda que também conversam entre elas.

Além disso, na praça tinha travesti que era responsável pela venda de drogas. Ela passou a noite toda com um senhor numa mesa, ela sentada bem na frente dele, a noite inteira os dois bebendo cerveja e só saíam para usar o banheiro da biblioteca que fica bem perto de onde eles estavam sentados. De vez em quando, vinham alguns rapazes perto da mesa e ela levantava com algumas coisas no bolso e entregava a eles, e trocavam pacotes e dinheiros.

A prostituição na cidade funciona mais ou menos assim: homens chegam à praça e olham todo mundo e pensam que estão todas as mulheres disponíveis; depois conversam com os donos das barracas ou algum conhecido da cidade para falar sobre as mulheres. Essas pessoas, que já sabem o que esses homens estão procurando, falam quem são as mulheres e se podem ou não fazer programa (se são ou não prostitutas). O cliente, depois de saber quem são as mulheres disponíveis, conversa com ela e ela fala que sai com o homem em troca de presente, então o cliente pergunta o preço do presente dessa mulher.

Na *praça* em Cruzes não tem um cafetão dono do ponto e nem responsável pela segurança das prostitutas, é cada uma na sua. Em relação ao preço do programa, cada uma cobra quanto quiser, mas não pode ser menos de 150 reais, e isso foi um acordo que elas fizeram para que não tivessem maiores problemas com brigas e dinheiro:

Elas fizeram uma reunião pra subir o preço, chamaram todas as meninas que fazem programa na praça e uma falou ‘eu vou subir meu programa, e todas vão subir’. Porque se uma sobe e as outras não, o homem vai ficar com a outra, então sobe todo mundo. Uma é de mal da outra, uma fala mal da outra, as da praça acham o seguinte: se o turista sai com ela, da 150 e pronto. Elas acham que são donas dos caras. Se eles preferirem outra, elas ficam com raiva da menina. (trecho de entrevista com Paula 29/04/2012)

O ‘problema’ da cidade, que é o que os moradores reclamam, é que algumas vezes os homens que buscam as prostitutas não se importam em saber se a mulher que está na praça é ou não ‘garota de programa’, chegam nelas oferecendo dinheiro, e insistindo para que saiam com eles. Um exemplo disso ocorreu comigo em uma inserção de campo durante a noite na praça da cidade.

IV. O cliente *turista*

Tem que cercar Cruzes, aqui é uma zona! (um turista querendo dizer que só tem puta na cidade)

O homem que vai para a cidade com o objetivo de pescar é chamado pelos moradores de *turista*. Esses *turistas* chegam de diversas cidades do estado de São Paulo, geralmente são homens com dinheiro e muitas vezes são advogados (isso dificulta a entrada dos policiais no caso de exploração infantil). Nem todos os *turistas* vão para Cruzes para sair com prostitutas, alguns levam até sua família e ficam alojados em ranchos. Os ranchos são casas alugadas ou compradas por eles e se localizam próximo ao rio. São nesses ranchos que os homens costumam levar as mulheres para fazer festa, e também prostitutas.

Com essas informações, narro agora uma experiência minha com alguns desses *turistas*:

Paula me chamou para fazer companhia em uma mesa, em outra barraca, com três turistas sendo Chico e Ricardo de Matão. Paula me apresentou para Chico, que perguntou quantos anos tenho, ela disse 21 e ele respondeu que eu já estou velha. Eu não estava entendendo o que estava acontecendo, porque esse Chico fala tudo enrolado, e ninguém falava nada diretamente. Paula disse que eu estava fazendo uma pesquisa lá, e um deles, o Ricardo, falou que eu poderia falar com ele. Mas quando eu fui conversar com ele, ele falava que não sabia de nada da cidade. Tentei explicar o que estava acontecendo, o que eu estudo, comentei da cidade e nada. Mas ao mesmo tempo em que falava que não sabia, Chico, do outro lado da mesa, falava que está gastando muito dinheiro com as piranhas daqui da cidade e falava que precisava levar mulheres para o rancho dele. Disse que tem dois

ranchos aqui na cidade. Que estava com um problema de língua, que fala demais e que isso deu problema, mas não entendi o motivo. Comentei sobre a minha pesquisa e recebi algumas indiretas pessoais, o Ricardo disse que não sabe de nada de turismo sexual, que é a primeira vez que vem para Cruzes. Ricardo disse que podemos continuar a pesquisa em outro lugar. Foi então que eu percebi que eu estava sendo o alvo de investidas para negociar o programa, e fui embora. Chico é um homem muito gordo, estava sentado em cima de duas cadeiras de plástico e bem na beirada, porque não cabia. Estava com uma blusa branca, bermuda e um colar com um pingente de Jesus grande de ouro.

Voltei para a mesa e o peixe que pediram não tinha mais ai ficamos por lá e pedimos a conta, mas, como eu não comi e estava morrendo de fome, pedimos mais uma porção de peixe. Nisso fomos eu e a Evelyn¹⁵ ao banheiro, ao nos aproximar veio o Chico perguntar da pesquisa e logo começou a falar do rancho para ir pra lá, a Evelyn disse que estávamos acompanhadas que estava com um amigo e com o marido dela então ele encheu um pouco o saco, falando para falar para eles irem embora. Mas não demorou muito e já começou a falar da vida dele, da relação com sua mulher, que “é difícil desmanchar uma sociedade” falando do casamento. Falou que estava com problemas com filhos e tal, que a mulher de um amigo dele veio junto pra Cruzes, e não sei o que aconteceu que ligou para a sua mulher falando que eles não vêm para pescar, e sim, pra ‘galinhar’. Falou da sua relação com a mulher, mas quando Ricardo chegou, ele mudou a conversa, e voltou a falar do rancho. Tentamos sair pela tangente, e a Evelyn disse que logo mais nos trombamos, e Ricardo falou para tomarmos cuidado para não trombar com o gordão que na mesma hora abraça a Evelyn. Caramba, eu não sabia o que fazer na hora, só que a conversa não estava mais valendo a pena, e que tem que acabar logo. Falamos tchau e entramos no banheiro.

Ao sair do banheiro, Chico e Ricardo nos abordaram novamente, falando da pesquisa, para terminarmos em outro lugar, no rancho deles. Respondemos que não. Mas continuaram a insistir. Falamos que se tratava de uma pesquisa séria e não estávamos brincando. Então perguntaram se íamos ou não fazer o programa e qual o preço. Essa hora, já estávamos próximas da nossa mesa, fomos cortando a conversa e nos aproximando ao resto do grupo. (Diário de campo: 28/04/2012)

¹⁵ Membro do NaMargem – Núcleo de pesquisas urbanas, que, assim como Roselene Breda e Daniel Ramos me acompanharam a uma ida à Cruzes.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da bibliografia que abarca as questões do ilegalismo e da prostituição em si, assim como os relatos apresentados da cidade de Pinheiros, é possível pensar a casa de prostituição constituindo-se como uma prática criminal de “exploração” da prostituição. Mesmo assim, ela existe e vai continuar a existir porque esta não é uma prática que os membros do Estado responsáveis pela fiscalização se interessam em eliminar, e sim controlá-la. Isso faz com que as mulheres prostitutas acabem num espaço de fronteira entre o legal e o ilegal. Se prostituir conforme a CBO não é crime, é uma ocupação. Mas se prostituir num espaço criminalizado pelo Código Penal é compartilhar um território ilegal. Compartilhando esses espaços, faz com que percam seus poderes de fala, de expressar suas vontades, sendo vitimizadas pela lei, e condenadas pela moral.

Para as mulheres a casa aparece como um espaço seguro para exercerem a prostituição. Sendo que, como já citado anteriormente, na casa, elas terão um preço fixo, minimiza a exposição à violência e estarão protegidas em relação ao preconceito. Uma vez que a ocupação legal de prostituição constitui um crime moral para a sociedade. E é pelo fato de se constituir um crime moral, que muitas vezes são espancadas e mortas pelas ruas.

Assim como Pinheiros, as prostitutas da cidade de Cruzes também interiorizam, criam e reproduzem códigos alternativos de conduta. Um exemplo disso é quando as prostitutas da praça se unem para estipular um preço mínimo de R\$150,00 o programa. O uso do termo ‘presente’ para se tratar de um negócio do mercado do sexo em que a pessoa que oferece este presente é o cliente, e quem recebe é a profissional do sexo. A multa que o dono da casa de prostituição cobra quando a mulher deixa a casa e sai com o cliente (que neste caso é R\$50,00 o preço da multa, diferente de Pinheiros que é R\$150,00). A separação clara das duas casas de prostituição, sendo uma com prostitutas da cidade e outra de Goiânia.

Na cidade de Cruzes a lógica é um pouco diferente. A prostituição na praça, para muitos moradores, não é um problema moral a ponto de não compartilharem o mesmo território. Quer dizer que mesmo que tenha a questão moral de uma moradora

não querer ser notada como prostituta, não há, na cidade, uma exclusão territorial delimitada por zonas, tendo em vista que moradores e prostitutas compartilham do mesmo espaço geográfico. O problema maior que se constitui a partir da posição da cidade frente aos turistas é que muitos deles acabam considerando qualquer mulher que compartilha o território da praça – vale reforçar que é o único espaço para os moradores passearem na cidade – seja prostituta, com isso eles insistem, imploram, oferecem qualquer quantia para sair com a mulher desejada, mesmo não sendo prostituta.

7- REFERÊNCIAS

- AGUSTÍN, Laura. Trabajo sexual y derecho al trabajo. In. **CiudadaniaSX**, 2008.
- BENEDETTI, Marcos. **Entre a batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição**. (2004).
- BRANDÃO, Carlos R. Reflexões de como fazer trabalho de campo. In: **Sociedade e cultura**, janeiro-junho, ano/vol. 10, número 001. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil; p.11-27.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.115, São Paulo, março/2002; p. 139-154.
- FELTRAN, Gabriel S. Introdução. **Lua Nova**. 2010, n.79, pp. 9-13.
- FONSECA, Claudia. A Dupla Carreira da Mulher Prostituta. **Revista Estudos feministas** V. 4, nº.1996 e 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FREITAS, Renan S. **Bordel Bordéis: negociando identidades**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GASPAR, Maria D. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo: Zahar, 1975.
- HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2010.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu** (25), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2005.

LEITE, Gabriela. Identidade Partida. **Jornal Beijo da Rua**. 2005.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

MAGNO, Ana Beatriz, e José VARELLA. “A prostituição no Brasil.” **Correio Baziliense**, 31 de agosto de 2005.

MARTINEZ, Mariana M. **Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MISSE, Michel. “As ligações perigosas: Mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio” e “O Rio como um Bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política”. In: LIMA, R. K. e MISSE, M. (coord.) **Crime e violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Ed. LumenJuris, 2006.

MISSE, Michel. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.” **Civitas 8** (set.-dez 2008): 371-385.

MISSE, Michel. “Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação.” In: _____ **Acusados e acusadores**. Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações, 13-32. RJ: Revan, 2008.

OLIVAR, José Miguel. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais no universo da prostituição feminina em Porto Alegre. **Teoria e Sociedade** nº 15.2 – julho-dezembro p. 108-137, 2007.

OLIVAR, José Miguel. Prostituição Feminina e Direitos Sexuais... diálogos possíveis. Trabalho apresentado no **I ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito** Universidade de São Paulo – agosto de 2009

OLIVEIRA, Luciano. **Circulação e fixação:** o dispositivo de gestão do morador de rua e a emergência de uma população. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PASINI, Elisiane. Prostituição e a liberdade do corpo. **CLAM – AMB** – 15.04.2005(a).

PASINI, Elisiane. “Sexo para Quase Todos.” **Cadernos Pagu** (25), julho-dezembro de 2005(b): pp.185-216.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PAZZINI, D. P. As prostitutas das casas olhando para as prostitutas nas ruas. In: II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, São Carlos. **ANAIS do II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, 2011.

PAZZINI, D. P. ; BARBOSA, A. . As "de dentro" e as "de fora": olhares sobre a prostituição em São Carlos-SP. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia - Mudanças, Permanências e Desafios Sociológicos, 2011, Curitiba. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2011.

PELUCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2009.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PINHO, Érika Bezerra de M. No amor e na batalha – memórias afetivas de mulheres prostitutas. **OP SIS – Revista do NIESC – Dossiê Gênero e Cultura**. Universidade Federal de Goiás. Catalão- GO, Vol. 6. 2006.

PISCITELLI, Adriana. “ Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional.” *Estudos Feministas*, 2007.

RAGO, Margareth. Prostituição e o mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). In. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1980-1930)**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985.

ROBERTS, Nickie. **As Prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RODRIGUES, M. T. “O Sistema de Justiça Criminal e a Prostituição no Brasil Contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão.” **Sociedade e Estado** v.19 (2004): 121-150.

SGANZELLA, Natália C. M. “**Feita só por mãe!**”. Sentidos da maternidade e família entre mulheres prostitutas. São Carlos: UFSCar, 2011.

SILVA, A. S. et. al. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS**. Brasília: OIT, 2005.

SIMÕES, Soraya S. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói: EDUFF, 2010

SIMÕES, Soraya S. “Sem vergonha, garota”: notas sobre a profissionalização de um metiér no Brasil. In. CEFAL, D. et. al (orgs). **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói : UFF, 2011, p.447- 475.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Saberes da vida da noite: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes**. Dissertação. Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. “L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição.” **Cad. Pagu**, 2008: pp. 275-308.

TELLES, Vera. **As fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

WHYTE, W. Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Visualização eletrônica:

NANÔ, Fabiana. Deputado quer aprovar até a Copa projeto de lei que regulariza a prostituição no Brasil. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/01/15/deputado-quer-aprovar-ate-a-copa-do-mundo-projeto-de-lei-que-regulariza-a-prostituicao-no-brasil.htm>. Acesso em 21/01/2013

<http://grupodeestudostrabalhosexual.wordpress.com>. Acesso em 17/12/2012.

<http://www.ufscar.br/namargem/>. Acesso em 17/12/2012.

<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>.

Acesso em: 02/12/2012.

MEDEIROS, Carol; DARIANO, Daniela. Jovens universitários da Barra da Tijuca (RJ) espancam doméstica. Disponível em:

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3479&Itemid=2: Acesso em 21/01/2013.